

KUPFER, D. O primeiro ano do resto das nossas vidas. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 01/04/2009.

O primeiro ano do resto das nossas vidas

01/04/2009

O primeiro trimestre de 2009 chegou ao fim sem que o quadro econômico no mundo e no Brasil tenha ainda definido qual direção vai tomar. Se é certo que o mundo não acabou com a megacrise, então é igualmente certo que 2009 é o primeiro ano do resto das nossas vidas econômicas. Como toda crise, a atual traz um mar de oportunidades e, junto com ele, um oceano de ameaças. Provavelmente a realidade irá seguir uma combinação de ambos porque, como toda crise, a atual vai significar um retorno da economia à primazia dos seus fundamentos estruturais. Portanto, o futuro dependerá de uma capacidade de resposta aos desafios da crise que precisa ser construída.

Aplicado ao "mundo real", que é como a atividade produtiva passou a ser designada no jargão pós-crise, isso significa que empresas cujo posicionamento nos mercados estava confinado às franjas criadas pelo superpreços ou pelos vácuos surgidos da ausência de capacidade das empresas líderes em atender uma demanda superaquerida, e que não se mostrem aptas a desenvolver suas capacitações produtivas, tecnológicas e mercadológicas, são as que estão arcando ou arcarão com os mais pesados custos do ajustamento e, provavelmente, são ou estarão entre as primeiras a sucumbir.

No lado da demanda, a difusão de padrões globalizados de consumo fortemente baseados em tecnologia, que foi a tônica das duas últimas décadas, não parece que irá arrefecer, mantendo um papel decisivo na formatação das estratégias de mercado das empresas. Por essa razão, mesmo que não tão capaz de gerar remuneração como antes, a presença sistemática das empresas no mercado internacional continuará sendo um importante objetivo estratégico. No entanto, é bem provável que a retração da renda disponível para o consumo leve o pêndulo do mix de produtos a voltar a um maior grau de diferenciação, aprofundando a segmentação dos mercados nos moldes do que ocorria nos anos 1990, antes de o efeito China, que abriu grande espaço de mercado para os produtos mais padronizados tornarem-se dominante.

Pelo lado da oferta, o acirramento da competição tenderá a levar a um aprofundamento das formas de associação horizontal e vertical entre empresas. Os setores de elevada intensidade de capital tenderão a experimentar mais uma onda de concentração, com a intensificação das operações de fusões e aquisições defensivas, visando o fortalecimento patrimonial dos grandes grupos econômicos sobreviventes. Já nos setores de maior intensidade tecnológica, é provável que as formas diretas ou indiretas de colaboração em atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico devam se intensificar, fazendo da cooperação "entre iguais" uma condição sine qua non para a inserção de uma empresa na fronteira tecnológica. Já para as empresas de menor porte, pode-se esperar um papel

determinante dos esquemas de colaboração nas cadeias produtivas, aprofundando o papel das redes e aglomerações produtivas na geração de capacidade competitiva.

Porém, não será surpresa se as maiores rupturas esperadas na nova dinâmica dos mercados se localizem na dimensão do regime de incentivos e regulação da concorrência. O aumento da parcela administrada do comércio internacional, seja por meio de barreiras alfandegárias ou técnicas, seja por meio da extensão dos sistemas de preferências; as legítimas pressões originadas da questão do clima e do meio ambiente; as regulações que deverão ser criadas no sistema financeiro, dentre outras, deverão criar um quadro regulatório antípoda ao que vinha governando - ou, mais exatamente, desgovernando - os negócios no último ciclo. O resultado mais provável poderá ser um aumento considerável na seletividade dos instrumentos da política industrial, devolvendo ao Estado um papel central na mobilização ou articulação dos recursos produtivos, tecnológicos e financeiros requeridos para a viabilização dos blocos de investimentos que determinarão a maior ou menor capacidade de resposta das empresas aos desafios impostos pelo novo quadro. Também há razões para se antever, dentro dessas condições de maior seletividade, que o acesso aos instrumentos de política virá acompanhado de uma maior exigência de cumprimento de contrapartidas, o que significará para as empresas um enorme desafio também no plano gerencial.

Evidentemente, a análise concreta dos impactos da crise para a indústria brasileira exige direcionar a reflexão para as diversas trajetórias estruturais, tarefa sempre dificultada pela variedade de padrões setoriais que aqui coexistem. Em meados do ano passado, quando a crise se abateu sobre a indústria brasileira, os diferentes setores seguiam trajetórias estruturais muito assimétricas. Os setores da base da indústria (as atividades produtoras de commodities, intensivas em recursos naturais e energéticos) eram os que mais vinham se beneficiando da exuberância exibida pela economia mundial. Especialmente porque é sempre longo o período de maturação de novos projetos, que são em grande escala, as empresas vinham "surfando" em um ciclo de alta de preços que não se repetirá tão cedo. O excesso de demanda por matérias primas industriais e agrícolas estava provocando uma inversão na equação histórica de geração de valor na qual os produtos mais elaborados deveriam ser mais valorizados que os produtos básicos. As empresas brasileiras da base inseriram-se nessa dinâmica por meio de uma estratégia dual na qual limitavam a comercialização de produtos mais elaborados quase que exclusivamente ao mercado interno (ou aos vizinhos sul-americanos) enquanto buscavam concentrar a atuação internacional nos segmentos mais básicos de produtos. Parece claro que a viabilidade dessa dupla estratégia, que vinha alimentando até mesmo um incipiente processo de internacionalização das empresas brasileiras, está em cheque. Provavelmente, a necessidade de buscar uma inserção mais firme nos segmentos de produtos mais elaborados do mercado internacional vai se tornar um imperativo para a sobrevivência desse conjunto de empresas.

No topo da indústria, onde estão as atividades mais sofisticadas no plano tecnológico ou da organização da produção (duráveis de consumo, equipamentos mecânicos e eletrônicos, alta tecnologia), a inflexão esperada é de natureza muito distinta. A estratégia anterior das empresas brasileiras, baseada em um tipo de integração internacional muito apoiada em tecnologias incorporadas em equipamentos e insumos, partes e peças de alta sofisticação, poderá perder fôlego. Um cenário preocupante é que essa mudança provoque uma regressão do pouco de autonomia tecnológica alcançado em alguns setores, tornando mais premente a necessidade de aceleração do desenvolvimento de "sistemas setoriais de inovação" que se constituíram no país nos últimos anos